

EVASÃO, ÊXITO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E O ENSINO REMOTO COMO AGRAVANTE

Edna Guiomar Salgado Oliveira (IFNMG)

edna.oliveira@ifnmg.edu.br

A evasão na educação superior pode ser entendida como um processo complexo e multidimensional, é um fenômeno da evasão é multifacetado. Caracterizada por diversos fatores, diferenciados e, ao mesmo tempo, intrinsecamente relacionados. Para além das questões externas (aspectos individuais e sociais), o olhar de dentro das instituições adquire relevância para o entendimento de fenômenos acadêmicos.

O Brasil vivenciou a partir da década de 2000 um período de forte expansão das possibilidades de entrada na educação superior. Com incentivos governamentais, ações foram implementadas, favorecendo um crescimento exponencial do número de estudantes que ingressaram nos cursos de graduação das Instituições de Educação Superior (IES). Os programas que se destacaram foram: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de 1999; o Programa Universidade para Todos (Prouni), de 2005; o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), de 2006; a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de 2008; o Programa Universidade: Expandir até ficar do tamanho do Brasil, de 2004; e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007. Ainda, pode-se mencionar a reestruturação do sistema de educação superior com a adoção de programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e a Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012), que embora não tenham focado na ampliação de vagas, viabilizaram formas de diversificação do perfil socioeconômico dos ingressantes.

Conforme dados do Censo (2019), no Brasil, 8,45 milhões de pessoas cursam algum curso de graduação da educação superior, que perfaz um contingente 44,6% maior do que há 10 anos. São ofertados 33 mil cursos de graduação em 2.364 instituições de ensino superior com 2,08 milhões de matrículas nas 299 instituições públicas. De acordo com Inep, pode-se calcular a média geral de evasão nos cursos de graduação presenciais do país no ano de 2018 atingia a taxa de 26,5%. Apesar de alta, a taxa de evasão presencial tem se mantido estável nos últimos anos, variando de 24,9%, em 2013, para 26,5% em 2018.

Os estudantes das instituições de ensino superior brasileiras têm um perfil bastante claro: é branco, do sexo feminino, com idade entre 19 e 24 anos, estuda em instituições

privadas à noite, fez o ensino médio em escola pública, mora com os pais e tem de trabalhar para ter uma renda de até dois salários mínimo (INEP, 2020)

A literatura registra o fenômeno da evasão como resultado de três fatores: o individual, o interno à instituição (fator institucional) e o externo à instituição (fator social) (BRASIL, 1997; TINTO, 1975). Ainda na década de 1970, Vincent Tinto elaborou um modelo longitudinal explicativo para as diversas nuances que envolvem os aspectos de permanência e de abandono estudantil na educação superior. O modelo do estudioso americano, publicado em 1975, abordou questões relativas à integração do estudante, sendo esta a faceta considerada pelo autor como determinante para a sua decisão em sair ou permanecer na instituição de ingresso.

Para Tinto (1975), o percurso envolvendo a trajetória do discente inicia antes de seu ingresso na educação superior, dado que suas características individuais, especialmente, as influências familiares, a escolaridade anterior, as suas capacidades e suas habilidades contribuem para permanecer ou evadir-se. Para algumas áreas, por exemplo, as ciências exatas, os percentuais de evasão são superiores (acima de 50%) (SANTOS JUNIOR, 2016; LIVRAMENTO, 2012; ADACHI, 2017). Parece ficar claro o que Tinto (1975) aponta, uma vez que este fator advém do anterior ingresso do estudante no ensino superior, ou seja, a deficiência de conhecimentos e qualidade do ensino médio é preponderante como uma das causas da evasão, especialmente porque as pesquisas assinalam um maior risco de abandono no primeiro ano de curso dos estudantes por enfrentarem dificuldades de aprendizagem e/ou acompanhamento dos conteúdos oferecidos nas matrizes curriculares do curso que ingressaram.

Entendendo que os caminhos e as causas para a evasão são diversificados, dois movimentos são destacados por Tinto (1975). Em um primeiro percurso, as questões individuais do aluno são consideradas. Após o seu ingresso, particularidades relativas ao compromisso em atingir metas estabelecidas por si próprio influenciarão o desenvolvimento intelectual e o desempenho acadêmico. Por sua vez, tais aspectos, atrelado a mecanismos de integração acadêmica, estabelecem novos compromissos e contribuem para permanência e êxito ou para a evasão.

No segundo caminho, há compromissos do estudante com a instituição que precisam ser considerados, sendo estes essenciais para a determinação de níveis de interação com demais pessoas. É muito importante destacar o papel dos vínculos criados durante o primeiro ano dos estudantes com seus colegas, professores e demais funcionários da IES; passa a ter

destaque especial o núcleo pedagógico, assistência social e psicológica como uma rede de amparo, proteção e vigilância no diz respeito á prevenção da evasão.

Tais percursos se entrecruzam e conferem ao fenômeno da evasão uma característica multicausal. Para o autor, faz-se necessário os gestores institucionais conhecerem as expectativas educacionais dos indivíduos que adentram ao sistema de educação superior, a fim de ampliar o entendimento e o controle da evasão. Para tanto é preciso que os questionários socioeconômicos respondidos pelos estudantes no ingresso aos cursos sejam amplamente estudados como fonte de diagnóstico no combate ou minoração nos números de abandono e evasão das IES, conhecer o estudante, sua realidade, desde o ingresso possibilita fazer investigação e intervenções como uma biópsia para evitar e prevenir o que pode vir a ser a evasão ou o que chamo de autopsia educacional.

Nesse sentido, a promoção de ações que contribuam com a integração do discente ao meio social-acadêmico possibilita o seu envolvimento em práticas cotidianas da instituição, o que, na perspectiva de Tinto, diminui as chances de ocorrência da evasão.

Com outra abordagem, verifica-se na literatura a discussão inerente a uma afiliação do estudante na instituição, sendo Alain Coulon, pesquisador francês, um autor expoente para o debate, o qual parte do pressuposto de que o desafio maior não está nos meios de entrada à universidade, mas, sim, na permanência do discente até o final do curso (COULON, 2017). Conforme destacado pelo teórico, a possibilidade de permanência envolve o que se denomina por afiliação, processo este que perpassa por três etapas: o tempo do estranhamento, o tempo da aprendizagem e o tempo da afiliação.

O primeiro período, o de estranhamento, ocorre logo no começo e envolve as rupturas com questões anteriores ao ingresso. Há, nesse sentido, a superação relacionada ao início de uma nova fase no processo formativo, o que perpassa por questões emocionais, intelectuais, cognitivas, bem como inerentes aos aspectos institucionais, tendo vista o adentramento a um novo ambiente, com características, normas e convívios diferenciados.

O tempo de aprendizagem, por sua vez, diz respeito ao primeiro ano do curso, recorte em que há a adaptação do indivíduo ao novo contexto ao qual se inseriu, devendo compreender que uma nova rotina está estabelecida e que será necessário formular estratégias para se exercer o ofício de estudante de graduação. Prejudicado esse processo, abre-se caminho para as possibilidades de evasão, isto é, não adaptado o suficiente, o estudante pode tomar a decisão de abandonar o curso.

Por fim, o tempo de afiliação abarca um período de amadurecimento em que o acadêmico entende e passa a agir conforme as regras institucionais, bem como se cria uma autonomia intelectual que o permite estabelecer estratégias para o êxito no curso.

Nesse processo, para se efetivar a afiliação, o aluno não é o único a possuir responsabilidades. Torna-se preciso a instituição estabelecer medidas que deem suporte a ele e considere as suas potencialidades. Portanto, faz-se necessário que a universidade estabeleça uma pedagogia de afiliação, buscando em última instância permitir o apoio acadêmico para que os ingressantes possam, de fato, exercer um ofício de estudantes e consigam alcançar a formação almejada.

Conforme destacado por Coulon (2017), um afiliado adquire um estatuto social novo, transitando para um contexto de ensino mais exigente e mais desafiador. Aquele que não se encontrar integrado e, conseqüentemente, não afiliado, tende a não permanecer.

Abaixo descriminaremos pormenorizando o fenômeno da evasão como resultado de três fatores: individuais, fatores internos à instituição e fatores externos, esse último explicitamente ligados aos fatores individuais e sociais do estudante.

Fatores individuais e externos a instituição registraram-se questões relativas à vulnerabilidade social e econômica materializados na fome; no cansaço; nas poucas horas de sono; na dificuldade de conciliar trabalho/estudo; desinteresse, saúde, mudança de cidade, distância entre moradia/trabalho à universidade, dificuldades financeiras. Pode-se apontar ainda dentro desta categoria a falta de identidade com o curso escolhido; escolha errada de carreira; desencanto com a universidade e a baixa demanda pelo curso (BAGGI; LOPES, 2011).

Os fatores internos institucionais são apontados enquanto um dos maiores responsáveis e influenciadores na ocorrência da evasão, um dos pontos é visão de educação que as IES ainda mantêm, não superando questões de como a diversidade de classe sociais que adentraram os espaços universitários tendem a modificar um espaço já idealizado. As IES em sua maioria trabalha com um estudante idealizado que não se materializa na prática visto a expansão de acesso estabelecida a partir dos anos 2000. Ainda há “[...] às deficiências da Instituição como prestadora de serviço educacional, ou seja, de ordem acadêmica, como por exemplo, problemas estruturais, deficiências curriculares e limitações docentes e administrativas” (SOUZA, 2017, p. 31).

Pode-se organizar dois grupos a partir da literatura sobre a evasão do ensino superior no país. Um primeiro como motivadores da evasão e o segundo com motivadores de permanência de estudantes no ensino superior. Para Motivações de permanência ligadas a

fatores institucionais pode se destacar a pesquisa de Souza (2017, p. 72) que identificou os seguintes fatores de permanência: “monitores para auxiliar nas disciplinas”, “programação cultural e artística” e “esportes e lazer”. Além dessas ações, outros fatores foram mencionados como importantes para favorecer a permanência na universidade, quais sejam as “[...] questões relacionadas ao curso, como aulas práticas e oferecimento de boa estrutura pela Universidade”.

Livramento (2012) aponta que a oferta de vagas condicionada à realidade de estudantes que trabalham, com currículos mais enxutos; o aumento de vagas no período noturno; a criação de cursos cuja necessidade de profissionais seja requerida pelo mercado de trabalho; a conscientização dos professores quanto à importância do ensino em nível de graduação para a promoção de melhor relacionamento entre docentes e discentes são fatores institucionais importantes para permanência e êxito dos estudantes.

Outro ponto crucial e que deve ser considerado é a formação de uma equipe responsável por identificar as possíveis causas de trancamentos, transferências e cancelamentos de curso; a criação da figura de professor tutor, a reestruturação do currículo (FIALHO, 2014). O Programa Restaurante Universitário é outro fator importante para permanência dos estudantes considerando. Ainda podemos apontar as políticas internas da instituição com fomento a bolsas de iniciação a pesquisa, bolsas de extensão e ensino ou mesmo as bolsas do Pibid e Residência Pedagógica, especificamente para as licenciaturas com intuito de que os estudantes se interessem pelos cursos e os concluam. De acordo com Ramos (2013) receber bolsa ou financiamento estudantil diminui em 12,6% e 14,9%, respectivamente, a probabilidade de evasão.

As Motivações de evasão tratando-se de aspectos internos à instituição são apontadas como causas principais: as questões didático-pedagógicas de alguns professores e a falta de condições para o incentivo a permanência do aluno na IES. Rodrigues (2012) adverte que esses são fatores relacionados ao contexto institucional, passíveis de serem controlados por mecanismos próprios de gestão. Como resultado, Silva (2014) indica alguns pontos associados à evasão, dentre eles: alto índice de reprovação; metodologias de ensino pouco interessantes, ultrapassadas e de baixa qualidade; pouco engajamento do corpo docente e administrativo na retenção dos alunos; falta de subsídios ao aluno; estrutura educacional básica deficiente; falta de preocupação das IES em analisar/apreender os fatores de evasão.

Ressalta a importância do relacionamento interpessoal com todos os participantes da instituição. “As pesquisas mostram que a frequência e a qualidade das interações dos estudantes com professores, funcionários e colegas representam um dos principais indicadores não só da permanência, mas também do aprendizado estudantil” (PEREIRA JUNIOR, 2012, p.17). observação daqueles que começam a se ausentar das aulas, mostrar desinteresse e dificuldades sentimento de acolhimento no curso – colegas, professores, técnicos Fatores externos a instituição apoio familiar. sentir-se preparado para os desafios da graduação, apontado falta de habilidades relativas ao estudo e a formação escolar anterior deficitária não concluem um curso representam desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. Os resultados das pesquisas mais fidedignas são os casos que identificam os evadidos caso a caso, permitindo maiores possibilidades de intervenções. Sendo amplamente utilizado no diagnóstico a entrevista ou a aplicação de questionário aos evadidos.

Ou seja, conforme se intensifica o processo de entrada de alunos na educação superior, fenômenos como a evasão, a permanência prolongada e as reprovações em componentes curriculares tendem a evoluir (SANTOS JUNIOR, 2016; ADACHI, 2017). A evasão passa a ser uma temática estratégica para pesquisas, sobretudo estudos de caso, com vistas a entender as características do fenômeno e propor alternativas para sua minoração. A esse respeito, para Kipnis (2000, p. 110), as IES, sobretudo as universidades, “[...] deverão se voltar para dentro e necessitarão cada vez mais se autoconhecerem e ter um respaldo da pesquisa para o processo decisório institucional”.

Parece-nos ainda mais acentuada a questão da evasão no ano de 2020 devido a Pandemia do Corona Vírus e a Covid-19, atualmente com 157 mil mortes. Com 13,7 milhões de desempregados devido à ineficiência de medidas governamentais, não bastasse o desmonte deliberado do estado, instala-se uma nova modalidade de ensino, o ensino remoto tomado como medida emergencial para atendimento aos estudantes das instituições de ensino em todo país. Com o ensino remoto vivemos a panaceia do uso dos recursos tecnológicos como instrumento de salvação para a educação em tempos de pandemia. Tomado todos esses fatores teremos pela frente, apenas como hipótese de um ator dentro da sala de aula virtual, veremos um grau proeminente de evasão devido a fatores externos (sociais) a fatores institucionais que não consideraram os fatores econômicos, psicológicos e pedagógicos, segregando e excluindo ainda mais os estudantes das camadas populares que compõe o universo das nossas IES.

Considerações finais

O combate à evasão deve ser mais do que o estabelecimento de estratégias que evitem o desperdício socioeconômico envolvido na questão, mas representa, principalmente, o investimento em políticas para a promoção de igualdade de oportunidades. Tal situação afeta os estudantes que têm necessidade de trabalhar para o sustento familiar ou mesmo são pressionados pela família a trabalhar, uma vez que ainda persiste o ideário de que o estudar não é trabalho, pois não gera um bem material.

O fator institucional para a evasão tem sido pouco explorado nas produções acadêmicas em nosso país. Considera-se, portanto, necessária a formulação de políticas institucionais para o controle da evasão, sendo oportunas as pesquisas que considerem o processo de institucionalização dessas ações nas IES brasileiras. Diante dos resultados de algumas pesquisas já realizadas sobre o tema evasão, apreende-se que algumas ações são possíveis de serem ponderadas e implementadas no âmbito institucional, tais como: flexibilização de currículos; programa de formação didático-pedagógica de professores; divulgação dos cursos de graduação junto às escolas de educação básica; preocupação com a integração do discente ao ambiente universitário; política de acompanhamento sistemático da trajetória acadêmica dos estudantes; identificação do nível de satisfação dos acadêmicos durante sua permanência no curso; ações de suporte pedagógico ao aluno; atividades culturais, de lazer e de formação complementar; programa que atente para os casos de reprovações múltiplas e consecutivas, dentre outras. Ou seja, é preciso que se tenha como meta dentro dos Projetos de Desenvolvimento Institucional a “gestão da evasão” com a seriedade necessária que se pede a questão ao processo de exclusão, inegavelmente presente no âmbito institucional.

Referências

ADACHI, Ana Amélia Chaves Teixeira. **Evasão de estudantes de cursos de graduação da USP – Ingressantes nos anos de 2002, 2003 e 2004**. 2017. 294p. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BRASIL, MEC/INEP. **Sinopse do ensino superior, 2018**. Disponível em: <http://portal.inep>.

BRASIL. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, DF: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1997.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v43n4/1517-9702-ep-43-4-1239.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

FIALHO, Marillia Gabriella Duarte. **A evasão escolar e a gestão universitária: o caso da Universidade** 102 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes)- Programa de Pós-Organizações Aprendentes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

INEP. **Censo da Educação Superior 2018 – Notas I** em:http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_cen018.pdf. Acessado em: 30/08/2020.

KIPNIS, Bernardo. A pesquisa institucional e a educação superior brasileira: um estudo de caso longitudinal da evasão. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 109-130, jul./dez. 2000.

LIVRAMENTO, Vanessa. **Evasão nos cursos presenciais de graduação da Universidade Federal** 2012. 125 f. Dissertação. (Mestrado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PEREIRA JUNIOR, Edgar. **Compromisso com o graduar-se, com a instituição e com o curso: estudo com a evasão.** 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RAMOS, Lilian das Graças. **Dois ensaios sobre aspectos recentes do ensino superior brasileiro.** 2013. 108 f. Dissertação. (Mestrado em Economia do Desenvolvimento)-Programa de Pós-Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RODRIGUES, Sonia Maria Yassue Okido. **Investigando a evasão acadêmica para subsidiar propostas de políticas públicas de acesso e permanência na UNESPAR/FECILCAM.** 2012. 97 f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Públicas)-Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal de Maringá, Maringá, 2012.

SANTOS JUNIOR, José da Silva; REAL Martins Giselle Cristina. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação, Campinas**; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p.385-402, jul. 2017.

SANTOS JUNIOR, José da Silva; REAL Martins Giselle. Fator Institucional Para a Evasão na Educação Superior: Análise da Produção Acadêmica no Brasil. **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas, SP v.6, 2020.

SANTOS BAGGI, C. A. dos; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 355-374, Jul, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 out.. 2020

SOUZA, Thays Santos. **Estudo sobre a evasão em cursos de graduação presenciais na Universidade Federal de Goiás – UFG.** 2017. 214 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão Organizacional)-Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017..

TINTO, Vincent. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, Washington, v. 45, n. 1, p. 89-125, Winter, 1975.